Petição

Pelo direito ao emprego e à protecção social no desemprego

A destruição de empregos e o aumento do desemprego, nomeadamente de longa duração e de jovens, constituem dois dos aspectos mais preocupantes e marcantes da situação social do País. Só nos últimos dois anos foram destruídos mais de 300 mil postos de trabalho. A taxa de emprego reduziu-se de 64,6 por cento, no início de 2011, para 61,6 por cento, no terceiro trimestre de 2013.

O número real de desempregados é de cerca de 1 500 000 trabalhadores (se juntarmos os que deixaram de procurar emprego, mas estão disponíveis para trabalhar, e o subemprego), o que se traduz numa taxa real de desemprego de 25 por cento, apesar do elevadíssimo fluxo de emigração e da redução da taxa de actividade, o que constitui uma verdadeira catástrofe.

Deste milhão e meio de desempregados, só cerca de 310 mil recebem subsídio de desemprego e menos de 70 mil recebem subsídio social de desemprego. Daqui resulta que a esmagadora maioria dos desempregados vive das ajudas de familiares e amigos, porquanto não possui qualquer apoio social. Os desempregados são vítimas das políticas recessivas, anti-laborais e sociais do Governo do PSD e do CDS-PP, a que urge dar resposta.

A situação actual é, pois, de emergência social, sendo necessárias medidas urgentes de reforço da protecção social no desemprego, de modo a que nenhum desempregado fique sem qualquer rendimento quando se lhe esgote o subsídio de desemprego.

Dada a urgência da situação e sem prejuízo de uma melhoria da protecção social no desemprego, os abaixo-assinados vêm peticionar à Assembleia da República que legisle no sentido de:

- Assegurar que o Estado assuma o princípio constitucional (artigo 58.º) de executar políticas de pleno emprego, que garantam a todos o direito ao trabalho;
- Alargar o subsídio social de desemprego a todos os trabalhadores em situação de desemprego que tenham esgotado o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, durante o período de crise;
- Financiar esta medida através de transferências do Estado para a Segurança Social (Protecção Social de Cidadania), apoiadas em recursos adicionais, obtidos através da tributação dos rendimentos de capital.

Nome	BI ou Cartão de Cidadão	Localidade